

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR
A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E DO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
(INCRA) NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E DE
REMANESCENTES DE QUILOMBOS – CPI FUNAI e INCRA**

**REQUERIMENTO Nº DE 2016
(Do Sr. Patrus Ananias e outros)**

**Requer seja submetido à deliberação do
Plenário desta Comissão Parlamentar de
Inquérito o pedido ora formulado de
REQUISIÇÃO ao Sr. Rodrigo Janot, Procurador
Geral da República, de cópia da investigação
realizada pela força-tarefa Avá Guarani,
instituída há oito meses, para apurar crimes
contra as comunidades indígenas do Mato
Grosso do Sul.**

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, da Lei 1.579, de 1952 e art. 36, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e que ouvido o plenário desta Comissão a REQUISIÇÃO, ao Sr. Rodrigo Janot, Procurador Geral da República, cópia da investigação realizada pela força-tarefa Avá Guarani, instituída há oito meses, para apurar crimes contra as comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul.

JUSTIFICAÇÃO

O Ministério Público Federal, apresentou denúncia de 12 pessoas por milícia privada contra índios em MS. Em divulgação na sua pagina e com repercussão em todas a imprensa nacional o MPF, informa:

Há 8 meses a força-tarefa investiga crimes cometidos no estado; assassinato de indígena na última terça também será investigado.

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou, nesta sexta, 17 de junho, duas denúncias contra doze envolvidos em crimes contra os povos Guarani Kaiowá e Nandeva em Mato Grosso do Sul. Eles são acusados de formação de milícia privada, constrangimento ilegal, incêndio, sequestro e disparo de arma de fogo.

Os ataques foram cometidos contra indígenas do cone sul do estado, na região de fronteira com o Paraguai. Jagunços teriam sido contratados e financiados por proprietários rurais para violentar e ameaçar as comunidades. Oitivas, diligências, fotos, vídeos, buscas e apreensões comprovam a atuação dos milicianos, mas o MPF não divulgou a íntegra das denúncias porque os processos correm sob sigilo.

As investigações foram conduzidas pela força-tarefa Avá Guarani, instituída pelo procurador geral da República, Rodrigo Janot, há oito meses, para apurar crimes contra as comunidades indígenas de MS. O ajuizamento das denúncias é a primeira de uma série de medidas para combater o conflito armado na região.

Para o MPF, a força-tarefa “é uma maneira de dar uma resposta efetiva aos milhares de indígenas vítimas de violência, que poderiam deixar de acreditar na Justiça por causa da impunidade”. Só nos últimos 10 anos, pelo menos um índio foi morto por ano em decorrência do conflito fundiário em Mato Grosso do Sul.

O último assassinato, de Clodioude Aguiel Rodrigues dos Santos, ocorrido terça-feira (14) em Caarapó, também será investigado pelo grupo de procuradores.

Para tanto solicitamos o apoio dos nobres Deputados para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em de junho de 2016.

Patrus Ananias
Deputado Federal – PT/MG

Beto Faro
Deputado Federal – PT/PA

Nilto Tatto
Deputado Federal – PT/SP

Valmir Assunção
Deputado Federal – PT/BA

Adelmo Leão
Deputado Federal – PT/MG

Érika Kokay
Deputada Federal – PT/DF

Marcon
Deputado Federal – PT/RS